

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais esta companhia e suas controladas estão sujeitas. Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas da CBM Participações S.A e a suas controladas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As referidas demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais a sua controlada Newe Seguros está sujeita.

Neste relatório, a CBM Participações S.A. é tratada como “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pela CBM e suas Controladas Newe Seguros (também tratada como “Seguradora” ou “NEWE”), a Green Data e a C2M Participações.

A Companhia foi constituída com objeto principal a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresariais. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram aportes de capital que resultaram em um aumento de R\$41.370 no Capital Social. Em 29 de junho de 2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up dos acionistas da controlada Newe Seguros, no valor de R\$19.770 e em 18 de julho de 2023 um novo aporte pelo fundo de investimento Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (doravante denominada por “Insuresilience Investment”) de R\$ 21.600. Em 31 de dezembro de 2025, seu controle acionário está distribuído da seguinte forma: 58,29% pertencente aos sócios majoritários, 35,31% pertencente ao fundo Insuresilience Investment, 6,05% para ações em tesouraria e 0,34% e pertencente aos sócios minoritários. O capital social subscrito e totalmente integralizado no montante de R\$ 56.880 (R\$ 56.880 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 26.423.017 (26.423.017 em 31 de dezembro de 2024) quotas nominais.

Atualmente, o Grupo possui um patrimônio líquido de R\$65.413 (R\$ 69.374 em 31 de dezembro de 2024).

A CBM, através da sua Controlada Newe Seguros, irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A CBM, através da sua Controlada Green Data, busca capacitar empresas no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$ 161,8 milhões, com aumento de R\$ 32,2 milhões ou 24,9% em relação ao exercício de 2024.

No Rural os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$58,2 milhões (R\$83,7 milhões em 31 de dezembro de 2024), a redução foi diretamente impactada pela redução do orçamento público na verba de subvenções do Programa do Seguro Rural. Em Riscos Financeiros, os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$86,8 milhões (R\$42,1 milhões em 31 de dezembro de 2024), o aumento de 105,78% que ocorreu essencialmente devido a uma nova estratégia de crescimento adotado para os próximos anos em linhas financeiras. Em 2025 a Seguradora avançou com os ramos de Res61 ponsabilidade e Patrimonial com emissões de R\$16,7 milhões.

Sinistralidade

Em 31 de dezembro 2025, a sinistralidade média apresentou índice de 106,81%, um aumento de 21,26 pontos em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício ainda está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. Em decorrência disso e seguindo seu ciclo de aprimoramento da metodologia de provisão de sinistros judiciais, a Seguradora implementou, em 2025, novas mudanças em sua metodologia, em especial: (i) ajuste estratégico na metodologia de atualização dos valores provisionados, refinando o cálculo de juros e correção monetária; (ii) análise da especificidade do assunto de cada processo, permitindo uma análise granular das teses jurídicas envolvidas; e (iii) considerar de forma mais rigorosa as fases e a maturidade dos processos. Essa elevação no montante provisionado proporciona maior segurança, fortalece a solvência da Seguradora e reduz a exposição a surpresas financeiras, garantindo que o balanço patrimonial esteja devidamente protegido contra as eventuais obrigações futuras estimadas. Em complemento, a Seguradora realizou, em 2025, a reestruturação da área de sinistros, com impactos positivos na eficiência dos processos de análise e na qualidade das estimativas, particularmente no ramo de Riscos Financeiros, contribuindo para melhora da sinistralidade no ramo. Adicionalmente, em relação a PSL Judicial e IBNER, do saldo de R\$ 163,3 milhões refere-se a sinistros judiciais de 2021, esse valor corresponde a 26% do valor atualizado em 31/12/2025 (8% no mesmo período de 2024).

Despesas administrativas

Em 31 de dezembro 2025, as despesas administrativas do Grupo totalizaram R\$44,2 milhões, em 2024 o saldo foi de R\$ 37,1 milhões, apresentando um aumento de R\$ 7,1 milhões (19,14%).

Resultado financeiro

O resultado financeiro no Grupo totalizou em 31 de dezembro de 2024 R\$10,5 milhões, aumento de R\$ 3 milhões ou 40,83% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

A taxa SELIC ao longo de 2024, apresentou uma pequena variação (12,25% a.a. para 15% a.a.) passando, porém, por uma média aproximada de 10,92% em 2024 e 14,5% em 2024. Adicionalmente, em 2024 o Grupo, por meio da Seguradora continuou realizando acordos judiciais que variaram as aplicações financeiras durante o ano, entretanto isso não impactou a rentabilidade dos investimentos tendo em vista a crescente da taxa Selic. A política de investimentos do Grupo tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional.

Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro 2025, o Grupo totalizou um prejuízo de R\$ 1,9 milhões, redução de R\$ 8,1 milhões, ou seja, redução de 80,68% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impactado positivamente, de forma pontual e não recorrente, pelos efeitos da operação de commutation celebrada em dezembro de 2025, por meio da Seguradora, que resultou no recebimento de R\$ 38 milhões e no reconhecimento do correspondente efeito econômico no resultado técnico, decorrente da extinção definitiva de obrigações futuras de resseguro. Ainda assim, o resultado do exercício permanece influenciado pelos impactos das perdas catastróficas associadas aos eventos climáticos ocorridos na safra de verão de 2021.

Declaração de capacidade financeira

O Grupo CBM, por meio de sua controlada NEWE, em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a NEWE declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R\$ 138,4 milhões. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2025 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R\$ 38,9 milhões.

A administração da CBM Participações S.A., em conjunto com suas controladas, fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

A CBM Participações S.A, através de sua controlada Newe Seguros, agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

A Administração

CBM Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		<u>5.729</u>	<u>9.333</u>	<u>524.671</u>	<u>358.871</u>
Disponível		<u>103</u>	<u>38</u>	<u>1.105</u>	<u>1.147</u>
Caixa e bancos	5	103	38	1.045	1.083
Equivalentes de caixa	5	-	-	60	64
Aplicações	6	<u>5.021</u>	<u>8.738</u>	<u>143.609</u>	<u>113.808</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.792</u>	<u>67.552</u>
Prêmios a Receber	7.1	-	-	75.273	43.193
Operações com resseguradoras	7.2	-	-	55.226	23.270
Operações com seguradoras	7.5	-	-	2.681	553
Outros Créditos Operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>612</u>	<u>536</u>
Títulos e créditos a receber		<u>606</u>	<u>557</u>	<u>12.805</u>	<u>10.733</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	474	301	689	363
Ressarcimentos a Receber	8.3	-	-	10.206	9.865
Créditos Intercias	25	132	256	-	-
Outros créditos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.910</u>	<u>505</u>
Despesas antecipadas		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>303</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.718</u>	<u>13.234</u>
Seguros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.718</u>	<u>13.234</u>
Ativos de contrato resseguro		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>216.586</u>	<u>152.093</u>
Ativo não circulante		<u>61.396</u>	<u>61.760</u>	<u>85.834</u>	<u>59.152</u>
Realizável a longo prazo		<u>-</u>	<u>1.024</u>	<u>80.935</u>	<u>54.476</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.003</u>	<u>3.777</u>
Prêmios a Receber	7.1	-	-	5.003	3.777

Ativos de contratos de resseguro		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.200</u>	<u>18.246</u>
Títulos e créditos a receber		<u>-</u>	<u>1.024</u>	<u>25.696</u>	<u>23.190</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1			23.960	22.970
Empréstimo Intercias	8.4	<u>-</u>	<u>1.024</u>		
Outros créditos operacionais				649	220
Depósitos Judiciais e Fiscais	18.3	-	-	1.087	-
Custos de aquisição diferidos	9	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.036</u>	<u>9.264</u>
Seguros				17.036	9.264
Investimento	10	<u>61.396</u>	<u>60.735</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Participação Societária		61.396	60.735	-	-
Imobilizado	11	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>652</u>	<u>656</u>
Bens móveis		-	1	558	501
Outras imobilizações				94	155
Intangível	12			4.247	4.020
Total do ativo		<u>67.125</u>	<u>71.093</u>	<u>610.505</u>	<u>418.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

CBM Participações S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante		<u>1.706</u>	<u>1.699</u>	<u>480.293</u>	<u>312.645</u>
Contas a pagar		<u>1.706</u>	<u>1.699</u>	<u>5.645</u>	<u>3.984</u>
Obrigações a pagar	13.1	1.353	1.358	1.954	1.901
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	45	45	1.674	967
Encargos trabalhistas	13.3	-	-	1.189	845
Impostos e contribuições	13.4	4	5	179	95
Outras contas a pagar	13.5	<u>304</u>	<u>291</u>	<u>650</u>	<u>176</u>
Débitos de operações de seguros e resseguros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178.711</u>	<u>103.349</u>
Prêmios a restituir	14.3	-	-	-	2.553
Operações com Seguradoras	14.4	-	-	9.242	4.563
Operações com Resseguradoras	14.1	-	-	150.847	87.836
Corretores de seguros e resseguros	14.2	-	-	18.622	8.397
Depósitos de terceiros	16	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.902</u>	<u>8.095</u>
Provisões técnicas	15.2	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.034</u>	<u>197.217</u>
Danos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.034</u>	<u>197.217</u>
Passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.819</u>	<u>36.003</u>
Empréstimo Inter Cias		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisões técnicas	15.2	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.819</u>	<u>36.003</u>
Danos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.819</u>	<u>36.003</u>
Patrimônio líquido		<u>65.419</u>	<u>69.394</u>	<u>65.393</u>	<u>69.374</u>
Capital social	19	56.880	56.880	56.880	56.880

Aumento de capital			-	-
Reserva de Capital	7.733	7.733	7.733	7.733
Reserva de Lucros	2.927	4.781	2.927	4.781
Ações em Tesouraria	(2.121)	-	(2.121)	-
Prejuízos acumulados			-	-
Participação de Não Controlador			(26)	(20)

Total do passivo e patrimônio líquido	<u>67.125</u>	<u>71.093</u>	<u>610.505</u>	<u>418.022</u>
--	----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CBM Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos líquidos	21	-	-	161.816	129.566
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	-	-	(35.062)	(16.061)
Prêmios ganhos	21	-	-	126.754	113.505
Receita com Prestação de Serviços	22.8	-	-	2.273	726
Sinistros ocorridos	22.1	-	-	(135.382)	(97.105)
Custos de aquisição	22.2	-	-	(21.087)	(16.978)
Outras receitas e despesas operacionais	22.3			(2.451)	(615)
Resultado com resseguro	22.4	-	-	63.262	18.019
Receita com resseguro		-	-	101.371	85.717
Despesa com resseguro		-	-	(78.072)	(62.468)
Outros resultados com resseguros				39.963	(5.230)
Despesas administrativas	22.5	(1.213)	(1.516)	(44.245)	(37.210)
Despesas com tributos	22.6	(70)	(57)	(1.263)	(3.050)
Resultado financeiro	22.7	1.235	1.032	10.590	7.520
Receitas financeiras	22.7	1.238	1.034	41.464	12.156
Despesas financeiras	22.7	(3)	(2)	(30.874)	(4.636)
Resultado operacional		(47)	(541)	(1.549)	(15.191)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	-	40	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.806)	(9.511)	-	-

Resultado Patrimonial		<u>(1.854)</u>	<u>(10.051)</u>	<u>40</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>(1.854)</u>	<u>(10.051)</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(15.191)</u>
Imposto de renda corrente	23	-	-	(271)	3.149
Contribuição social corrente	23	-	-	(181)	1.889
Participações sobre o lucro		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>(1.854)</u>	<u>(10.051)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(10.153)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício - Não Controlador				<u>73</u>	<u>102</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício - Controlador				<u>(1.889)</u>	<u>(10.051)</u>
Quantidade de ações		26.423.017	26.423.017	26.423.017	26.423.017
Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,07)	(0,38)	(0,07)	(0,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CBM Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Companhia</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo)/Lucro do exercício	<u>(1.854)</u>	<u>(10.051)</u>	<u>(1.889)</u>	<u>(10.051)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.854)</u></u>	<u><u>(10.051)</u></u>	<u><u>(1.889)</u></u>	<u><u>(10.051)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CBM Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Companhia								Consolidado		
Nota	Capital social subscrito	Aumento de capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Ações em Tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados	Total	Participação de não Controlador	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19	<u>56.880</u>	<u>-</u>	<u>7.733</u>	<u>1.480</u>	<u>13.434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.527</u>	<u>-</u>	<u>79.527</u>
Movimento do Exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.051)</u>	<u>(10.051)</u>	<u>(102)</u>	<u>(10.153)</u>	
Redução de Capital - Venda Cotas Green Data		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(82)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(82)</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.051)</u>	<u>-</u>	<u>10.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19	<u>56.880</u>	<u>-</u>	<u>7.733</u>	<u>1.398</u>	<u>3.383</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.394</u>	<u>(20)</u>	<u>69.374</u>
Movimento do Exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>(1.854)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.860)</u>	
Aquisição de Ações em Tesouraria		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.121)</u>	<u>-</u>	<u>(2.121)</u>	<u>-</u>	<u>(2.121)</u>	
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>-</u>	<u>1.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19	<u>56.880</u>	<u>-</u>	<u>7.733</u>	<u>1.398</u>	<u>1.529</u>	<u>(2.121)</u>	<u>-</u>	<u>65.419</u>	<u>(26)</u>	<u>65.393</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CBM Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
(Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais					
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(1.854)	(10.051)	(1.962)	(10.153)
Ajustes para:		1.807	9.512	(4.320)	3.100
Depreciação e amortização	11 e 12	1	1	2.002	1.850
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7.3	-	-	(2.967)	(895)
Equivalência Patrimonial		1.806	9.511	-	-
Provisões técnicas - IBNR	15.2	-	-	(19.521)	10.992
Ativos Resseguro - IBNR	15.1	-	-	16.166	(8.847)
Variação das contas patrimoniais:		3.676	1.472	10.584	8.208
Ativos financeiros	6.1	3.717	1.415	(29.801)	(27.437)
Partes Relacionadas	24	133	35	275	(3)
Créditos das operações	7.1	-	-	(64.424)	(8.026)
Ativos de resseguro	15.1	-	-	(95.613)	(7.442)
Créditos tributários e previdenciários	8.1	(173)	(5)	(1.315)	(4.794)
Depósitos Judiciais	17.3	-	-	(1.087)	-
Outros ativos		-	41	(2.363)	(3.601)
Custo de aquisição diferido	9.1	-	-	(11.256)	(3.258)
Fornecedores e outras contas a pagar	13.1	(5)	3	496,11	(221)
Impostos e contribuições	13.4	(1)	-	1.046	(26)
Débitos das operações	14	-	-	75.363	41.158
Provisões técnicas - seguros	15.2	-	-	144.153	14.118
Depósitos de Terceiros	16	-	-	(5.194)	7.673
Outros passivos		5	(18)	304	68
Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações		5.483	10.983	6.264	11.308

Atividades de investimento

Aquisição de imobilizado	11	-	-	(271)	(188)
Aquisição de intangível	12	-	-	(1.957)	(1.400)
Aumento de capital	19	-	-	-	-
Participação em Controladas		(2.467)	(92)	(2)	(82)
Participação em Não Controladas				6	20
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		<u>(2.467)</u>	<u>(92)</u>	<u>(2.224)</u>	<u>(1.650)</u>
Atividades de financiamento					
Aquisição de Ações em tesouraria		(2.121)			
Empréstimos	8.4	1.024	(1.024)	(2.121)	
Reserva de capital			82		-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>(1.097)</u>	<u>(942)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	<u>65</u>	<u>(103)</u>	<u>(42)</u>	<u>(495)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38	141	1.147	1.642
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		103	38	1.105	1.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CBM Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de julho de 2019 e tem como objeto social participar do capital de outras sociedades de natureza civil ou comercial, como quotista ou acionista. A Empresa participa, diretamente, por meio de sua controlada Newe Seguros no segmento de seguros, operando principalmente no ramo de seguros de agronegócio e riscos financeiros. No dia 7 de dezembro de 2022, a Companhia optou por meio de alteração contratual pela transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado. Seu controle acionário em 31 de dezembro de 2024, pertence aos sócios majoritários que representam 58,29% total de ações.

Em 6 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30 de outubro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para os acionistas da CBM Participações S.A., na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26 de junho de 2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15 de julho de 2019.

Em 22 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7 de novembro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para Newe Seguros S.A.

Em 29 de junho de 2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up, no valor de R\$ 19.770, dos acionistas da NEWE e em 18 de julho de 2023 um novo aporte pelo fundo de investimento “Insuresilience Investment” de R\$ 21.600.

Em 18 de julho de 2023, A CBM Participações efetuou um aumento de capital social na NEWE Seguros, no montante de R\$ 8.700, resultando num capital social total de R\$ 78.849, o qual foi homologado pela SUSEP em 3 de janeiro de 2024.

Dessa forma, em 31 de julho de 2023, a CBM Participações S.A. passou a possuir 100% (69,62% em 31 de dezembro de 2022) de participação societária nas ações ordinárias da Newe Seguros S.A. A Newe Seguros é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Em 16 de junho de 2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações com um aporte de capital social de R\$ 10 mil, possuindo assim 100% da companhia.

Em 31 de agosto de 2023, A CBM Participações efetuou um aumento de capital social na Green Data, no montante de R\$ 2.290, resultando num capital social total de R\$ 2.300.

A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. O foco da Green Data é a capacitação de empresas no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia.

Em 26 de agosto de 2024, A CBM Participações efetuou um aporte de capital social na C2M Participações, no montante de R\$ 10, resultando num capital social total de R\$ 10. A controlada C2M Participações tem como objetivo a participação em outras sociedades empresariais, participando atualmente com 100% da participação na empresa NOV Consultoria de Seguros, a qual as atividades se iniciaram no dia 4 de outubro de 2024.

Em 08 de outubro de 2024, a controlada Green Data adquiriu um empréstimo, no valor de R\$1.000 com vencimento em 2 anos, da Companhia, o qual foi convertido em aumento de capital e, no mesmo momento, optou por redução de capital abatendo a parte do prejuízo acumulado na Green em dezembro/25.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em alinhamento com seus acionistas e sua administração a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras em consonância à Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores (SUSEPGAAP), haja vista a submissão da Seguradora, principal ativo da Companhia, à esta superintendência.

As referidas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi aprovada pela diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Consolidação

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar estes retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As operações entre empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nestas operações, foram consolidados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Empresa.

Adicionalmente, considerando a representatividade das operações de seguro nas demonstrações financeiras consolidadas, certas nomenclaturas dadas as características dos registros na empresa investida foram mantidas para fins de apresentação e melhor entendimento do leitor com conhecimento das atividades relacionadas ao seguimento de seguros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que o Grupo por meio da Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

- **Nota explicativa 6 – Instrumentos Financeiros**, incluindo critérios de classificação, mensuração e avaliação de risco de crédito;
- **Nota Explicativa 7.1 – Redução ao Valor Recuperável de Prêmios a Receber**, com base nos termos da Circular SUSEP nº 678/2022, Artigo 137.
- **Nota Explicativa 8.1 – Realização dos Créditos Tributários**, com base em projeções de resultados tributáveis futuros, nos termos do CPC 32 e da Circular SUSEP nº 678/2022;
- **Nota Explicativa 8.3 - Redução ao Valor Recuperável de Ressarcimentos a Receber**, com base nas políticas internas da companhia.
- **Nota Explicativa 12 – Ativos Intangíveis**, incluindo testes de recuperabilidade;

- **Nota Explicativa 15 – Provisões Técnicas**, abrangendo a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), PSL Judicial, Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), bem como o Teste de Adequação de Passivos (TAP), aplicado conforme regulamentação vigente da SUSEP;
- **Nota Explicativa 17 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**, com destaque para as premissas relacionadas à probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pelo Grupo para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “caixa e bancos”.

3.2 Instrumentos financeiros

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

O Grupo pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios do Grupo para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são classificados como mantidos para negociação ou designados dessa forma no reconhecimento inicial. São mensurados pelo valor justo, com mudanças no valor justo (incluindo juros e dividendos) reconhecidas diretamente no resultado. Custos de transação são também registrados no resultado, e esses ativos são classificados no ativo circulante, independentemente do vencimento.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido de custos de transação. Mudanças no valor justo, excluindo juros, perdas ou diferenças cambiais, são registradas em outros resultados abrangentes. Ganhos acumulados são reclassificados ao resultado no desconhecimento, exceto para instrumentos de capital, que permanecem no patrimônio.

3.2.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais. Inicialmente reconhecidos pelo valor justo mais custos de transação, são mensurados pelo custo amortizado, ajustados por juros efetivos e perdas por redução ao valor recuperável.

3.2.4 Determinação do valor justo

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes.

O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

O Grupo não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário.

3.3 Investimento em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia.

Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre empresas do Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na investida que não sejam relacionadas ao Grupo.

Os ajustes decorrentes das movimentações societárias entre o Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.4 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

3.5 Operações de seguros e resseguros

Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, o Grupo por meio da Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR:

- Dos prêmios a receber com base na perda histórica para prêmios emitidos, constituindo 0,36% no ramo rural, 1,40% nas linhas financeiras e 1,17% nos ramos novos ou demais;
- Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 9 anos de operação. A Seguradora entende que não há necessidade de constituição de valor recuperável, uma vez que o estudo demonstra que vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores;
- Dos valores a receber de ressarcimentos com base no Contrato de Conta Garantia (CCG) e nas expectativas de recebimento acordadas com o tomador, considerando fatores como recuperação judicial ou falência, foram identificadas contrapartes que, após a contabilização do ressarcimento e durante o processo judicial, entraram em recuperação judicial. Esse fator resultou na contabilização de uma Redução ao Valor Recuperável – RVR no montante de 6.668 (R\$ 358 líquido de Resseguro).

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria.

O Grupo não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.6 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime o Grupo de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais “risk attaching” firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela Controlada; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP:

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “pro-rata-die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no prêmio RVNE e fatores de emissão em atraso considerando os riscos ainda vigentes.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados.

Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud) – é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a situação atual do processo no Poder Judiciário e o grau de subjetividade técnica da reclamação. Com base nestes parâmetros é definido, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial, cujo valor final sofre a incidência de juros e correção monetária, nos termos da apólice.

A PSL (ADM e JUD) contempla a IBNER, a qual é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão é estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e em testes de consistência, e é aplicada quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa.

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) - é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e o sinistro incorrido observado, ou seja, indenização já paga somadas à provisão de sinistros a liquidar já constituída.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados ou não, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros e em testes de consistência, respeitando as características de cada ramo.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) – é constituída para a cobertura de prêmios a serem devolvidos / restituídos, até sua liquidação financeira junto à contraparte.

3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme previsto nos normativos em vigor, semestralmente a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões

técnicas.

Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas realistas para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, conseqüentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou.

Para a apuração das estimativas de sinistros a ocorrer, adotou-se as taxas de sinistralidade de cada ramo, utilizando-se a experiência da própria Seguradora na apuração, chegando-se às seguintes taxas: 0118=42,9%; 0141=83,2%; 0171=70,0%; 0196=45,5%; 0351=48,3%; 0378=35,0%; 0746=49,4%; 0775=17,0%; 0776=37,7%; 1101 e 1111=40,5%; 1130=99,4%; 1162=281,1%. Para a apuração das estimativas de recebíveis de resseguro (abrangidos pela PPNG), adotou-se os percentuais de cessão dos contratos de resseguro de cada ramo. Já as despesas administrativas foram projetadas com base no histórico das despesas administrativas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base). As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cuja ETTJ adotada para todos os grupos foi a Pré-fixada.

Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP não indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar, após a compensação dos resultados parciais.

Compensação	VP fluxos de caixa	Provisões técnicas	CAD	Resultados
PPNG-PR	45.081	138.710	33.755	(59.874)
PSL,IBNR,PDR	202.021	216.081	-	(14.060)
PVR	3.012	3.062	-	(50)
Receb. Resseg. PPNG	(29.073)	(76.335)	-	47.262
Receb. Res. PSL,IBNR,PDR	(155.049)	(173.450)	-	18.401

3.9 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios do Grupo. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.10 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou exercício de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido para a Seguradora e 9% nas demais empresas do Grupo, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração do Grupo sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o exercício de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. Atualmente apenas a Seguradora está reconhecendo contabilmente o tributo diferido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida.

3.12 Provisões judiciais

São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. Contingências com classificação de risco “possível” não são provisionadas, mas são divulgadas em notas quando individualmente ou coletivamente relevantes.

3.13 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado do Grupo é de R\$ 56.880 e está representado por 26.423.017 ações nominativas sem valor nominal (26.423.017 ações em 31 de dezembro de 2024), sendo todas ordinárias.

Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

O Grupo pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido.

3.15 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.16 Classificação dos contratos de seguro

Contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

Mensuração dos contratos de seguros

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

3.16.1 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto.

3.16.2 Sinistros

Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Seguradora é notificada pelo segurado.

3.16.3 Participações nos lucros

Um dos direitos sociais arrolados no art. 7º da Constituição Federal é a “participação nos lucros, ou nos resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei” (art. 7º, XI).

Relativamente à matéria, foi editada a Lei nº10.101/2000, regulando a participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa – critério a se definir in casu – como instrumento de integração entre o capital e o trabalho como incentivo à produtividade.

O Grupo conhece essas normas e reconhece o direito dos trabalhadores que se manifesta da seguinte forma:

- a) A participação nos lucros ou nos resultados é fruto de negociação entre o Grupo e seus empregados, mediante o procedimento de comissão paritária escolhida pelas partes e integrada por um representante sindical ou por meio de convenção ou acordo coletivo;
- b) A convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho dispendo sobre a participação nos lucros ou nos resultados da empresa tem prevalência até sobre a lei, conforme art. 611-A, XV, da Lei nº5.452/1943 (CLT);
- c) A participação nos lucros ou resultados não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade (art. 3º da Lei nº10,101/2000).

O Grupo tem ciência de que a participação dos empregados nos lucros ou nos resultados é uma das matérias constantes de convenção coletiva do sindicato dos empregados do mercado de seguros, mas se dispõe, sempre que possível, a tratar, formalizar e remunerar seus empregados a título de PLR por meio de programas espontaneamente criados pelo Grupo, sempre com a observância dos ritos e limites legais, com condições que no mínimo equivalentes aos do sindicato da categoria. Com isso, o Grupo pretende valorizar e aprimorar a relação havida com seus empregados.

3.16.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

a. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros

A norma CPC 50 / IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com o objetivo de garantir que a entidade forneça informações relevantes e que representem fielmente esses contratos. Essas informações são fundamentais para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o impacto que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. Além disso, a SUSEP não fez o referenciamento do CPC 50, o que significa que, até o momento, não há impacto para a Seguradora em relação a essa norma.

3.16.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a. CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

A norma CPC 48 (IFRS 9) alterou a classificação dos ativos financeiros no balanço patrimonial, estabelecendo as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são consolidados nem contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, o CPC 48 altera a classificação e a mensuração desses ativos. De acordo com a norma anterior (CPC 38 / IAS 39), os investimentos eram classificados como: (i) Disponíveis para venda, avaliados pelo VJORA, ou (ii) Mantidos para negociação, avaliados ao VJR.

A IFRS 9 (CPC 48) exige que os investimentos em instrumentos patrimoniais sejam mensurados ao VJR, mas oferece a opção de mensurá-los ao VJORA, desde que não sejam mantidos para negociação. Com isso, o custo não é mais uma base aceitável para mensuração desses ativos.

A SUSEP, por meio do artigo 138 da Circular 678, de 10 de outubro de 2022, trouxe orientações sobre a classificação dos ativos financeiros e sobre a exigência de perdas esperadas, entre outros aspectos. Essa norma entrou em vigor em 2023 e, para alguns requisitos, em 2024.

Contudo, os ativos financeiros do Grupo não se enquadram na classificação de VJORA, mas sim em VJR. Dessa forma, o Grupo CBM está em conformidade com a norma CPC 48 e não sofreu impacto significativo com a atualização dessa regulamentação.

3.17 Alterações regulatórias e legais com potencial impacto futuro

3.17.1 Imposto sobre Operações financeiras (IOF)

No exercício de 2025, houve alteração da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de seguros, passando de 0,35% para 3,5%, conforme legislação vigente. A Administração avaliou os impactos dessa alteração e concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve efeito material nas demonstrações financeiras, uma vez que o imposto é repassado aos segurados e não altera a estrutura de reconhecimento das receitas da Seguradora.

3.17.2 Reforma Tributária sobre o consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a reforma do sistema tributário sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026. A Administração acompanha a regulamentação infraconstitucional aplicável ao setor de seguros e, na data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos econômicos, operacionais ou contábeis decorrentes dessas mudanças.

3.17.3 Nova Lei de Seguros

A Lei nº 15.040/2024 (Nova Lei de Seguros), vigente a partir de dezembro de 2025, promoveu alterações relevantes no regime jurídico dos contratos de seguro, com impactos potenciais em aspectos operacionais, contratuais e de governança. A Administração avaliou os efeitos iniciais da nova legislação e concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve impacto relevante no reconhecimento, mensuração ou apresentação dos ativos, passivos, receitas e despesas da Seguradora, permanecendo os efeitos concentrados em ajustes operacionais e contratuais prospectivos.

4 Estrutura de gestão de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

O Grupo, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das unidades de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos.

O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos (“Unidade”) é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas à garantia da conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno do Grupo, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021.

O Grupo elaborou estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações.

Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. O Grupo, por meio da Seguradora está em adequação para completa aderência à Circular Susep nº 666/2022.

4.1 Processo de gestão de riscos

O processo de gestão de riscos deve seguir as seguintes etapas:

- **Identificação dos Riscos**

Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico do Grupo. Os riscos identificados como materiais são categorizados como risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de subscrição, risco operacional ou risco de sustentabilidade e registrados em uma planilha eletrônica denominada Inventário de Riscos Materiais.

- **Análise do Risco Inerente**

A avaliação é realizada com o apoio do gestor, maior conhecedor do processo, que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize.

- **Atividades de Controle**

Após identificar os riscos, devem ser verificadas as atividades de controles existentes nos processos, a fim de reduzir a probabilidade de falhas em processos e sistemas, e de perseguir a redução de perdas operacionais.

Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que extrapolem o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco.

- **Análise de Riscos Residual**

Os riscos residuais são avaliados quanto à sua probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial que podem ter na organização. Isso é feito de maneira semelhante à avaliação de riscos inerentes, mas agora considerando as atividades de controle já implementadas.

- **Relatório**

Os relatórios de atividades de gestão de riscos devem ser claros, concisos e informativos. Eles servem como uma ferramenta essencial para comunicar o estado dos riscos e as atividades de mitigação para partes interessadas internas e externas.

- **Monitoramento**

O monitoramento é uma etapa contínua em que as instâncias envolvidas com Gestão de Riscos interagem. Abrange a coleta e a disseminação de informações e iniciativas, a fim de assegurar, em cada decisão, a compreensão de todos os agentes envolvidos sobre os riscos existentes em cada decisão.

4.2 Categorias de Risco

4.2.1 Risco de Subscrição

Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da NEWE, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas.

O objetivo do Grupo é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição.

4.2.2 Risco Operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

O Grupo concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos.

4.2.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

Variáveis	Premissas	Consolidado	
		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2025	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(13.538)	(3.401)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	13.538	3.401
Corretagem	Aumento de 10%	(2.109)	(1.083)
Corretagem	Diminuição de 10%	2.109	1.083

Variáveis	Premissas	Consolidado	
		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2024	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(9.710)	(1.139)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	9.710	1.139
Corretagem	Aumento de 10%	(1.698)	(965)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.698	965

4.2.2.2 Concentração de risco por região de atuação

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

								Prêmio Emitido (*)
								31/12/2025
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	15.071	26%	2.726	3%	210	1%	18.007	11%
Nordeste	1.677	3%	14.111	16%	339	2%	16.128	10%
Norte	191	0%	815	1%	668	4%	1.674	1%
Sudeste	9.944	17%	63.669	74%	15.158	83%	88.770	55%
Sul	31.352	54%	4.614	5%	1.805	10%	37.772	23%
	58.235	100%	85.935	100%	18.180	100%	162.350	100%

								Prêmio Líquido de Resseguro (*)
								31/12/2025
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	5.006	25%	199	2%	29	1%	5.235	15%
Nordeste	467	2%	6.248	55%	34	1%	6.748	19%
Norte	(54)	0%	69	1%	58	1%	72	0%
Sudeste	3.421	17%	4.557	40%	3.949	93%	11.928	34%
Sul	11.093	56%	229	2%	170	4%	11.491	32%
	19.934	100%	11.302	100%	4.240	100%	35.475	100%

								Prêmio Emitido (*)
								31/12/2024
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	11.970	14%	1.583	3%	85	2%	13.638	10%
Nordeste	798	1%	2.009	4%	34	1%	2.841	2%
Norte	353	0%	3.664	8%	-	0%	4.017	3%
Sudeste	15.786	19%	35.305	76%	3.156	84%	54.247	40%
Sul	54.993	66%	3.915	8%	477	13%	59.385	44%
	83.900	100%	46.476	100%	3.752	100%	134.128	100%

								Prêmio Líquido de Resseguro (*)
								31/12/2024
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	3.751	14%	261	3%	23	2%	4.035	11%
Nordeste	233	1%	185	2%	9	1%	427	1%
Norte	236	1%	403	4%	-	0%	639	2%
Sudeste	4.873	18%	8.162	87%	1.272	91%	14.307	38%
Sul	17.429	66%	318	3%	87	6%	17.834	48%
	26.522	100%	9.329	100%	1.391	100%	37.242	100%

(*) Não foi considerado o montante de (R\$ 4.564) (R\$ 2.750 em 31 de dezembro de 2023) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.2.3 **Risco de liquidez**

Define-se o risco de liquidez como o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender aos passivos em seu vencimento.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2025:

	Companhia		
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa (1)	103	-	103
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (1)	5.021	-	5.021
Títulos e Créditos a Receber	606	-	606
Total de ativos financeiros	5.730	0	5.730
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.706	-	1.706
Total de passivos financeiros	1.706	-	1.706

	Consolidado		
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa (1)	1.105	-	1.105
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (1)	143.609	-	143.609
Créditos das operações com seguros e resseguros (2)	133.792	5.003	138.795
Títulos e Créditos a Receber	12.805	25.696	38.632
Provisões Técnicas (2)	16.718	17.036	33.754
Ativos de contratos de resseguro (3)	216.586	33.200	249.787
Total de ativos financeiros	524.615	80.935	605.550
Passivos financeiros			
Contas a pagar	5.645	-	5.645
Depósitos de Terceiros	2.902	-	2.902
Débitos das operações com seguros e resseguros (2)	178.711	-	178.711
Provisões técnicas (3)	293.034	64.819	357.853
Total de passivos financeiros	480.292	64.819	545.111

- (1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento;
- (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição;
- (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2024:

	Companhia		
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa (1)	38	-	38
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (1)	8.738	-	8.738
Total de ativos financeiros	8.776	-	8.776
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.699	-	1.699
Total de passivos financeiros	1.699	-	1.699

	Consolidado		
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa (1)	1.147	-	1.147
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (1)	113.808	-	113.808
Créditos das operações com seguros e resseguros (2)	67.552	3.777	71.302
Títulos e Créditos a Receber	10.733	23.190	33.923
Provisões Técnicas (2)	13.234	9.264	22.498
Ativos de contratos de resseguro (3)	152.093	18.246	170.339
Total de ativos financeiros	358.567	54.477	413.044
Passivos financeiros			
Depósitos de Terceiros	8.095		8.095
Contas a pagar	3.984	-	3.984
Débitos das operações com seguros e resseguros (2)	103.349	-	103.349
Provisões técnicas (3)	197.217	36.003	233.220
Total de passivos financeiros	312.645	36.003	348.648

- (1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento;
- (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição;
- (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

4.2.4 **Risco de mercado**

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos do Grupo.

As premissas básicas de investimento são definidas na Política de Investimento do Grupo, são a preservação do capital, a estabilidade das receitas financeiras e a fixação da taxa Selic como meta de rentabilidade das aplicações financeiras.

Um dos fatores de risco de mercado ao qual o Grupo está exposto é a taxa de juros (Selic). A Administração do Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Política de Investimentos e a Política de Gestão de Riscos do Grupo preveem que a totalidade dos investimentos do Grupo

estão disponíveis para venda, ou seja, em negociação, permitindo investimentos apenas em títulos públicos com liquidez em até D+1.

4.2.5 *Risco de Crédito*

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Para a Seguradora, as principais contrapartes em relação ao crédito são as resseguradoras, estando restrita a operar com entidades aprovadas e supervisionadas pela SUSEP. A filosofia da Seguradora é a de não usar resseguro para arbitragem ou transferir o risco da subscrição às resseguradoras. Seu objetivo é gerenciar a exposição a qualquer resseguradora dentro de limites aceitáveis. O Grupo reconhece que o resseguro é uma ferramenta importante para alcançar seus objetivos gerais.

	Companhia					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Standard & Poor's / FITCH	Sem rating	Saldo contábil	Moody's	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e categoria contábil	AAA	N/A		AAA	N/A	
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	103	-	103	38	-	38
Valor justo por meio de resultados						
Quotas de fundos de investimentos	5.020	-	5.020	8.738	-	8.738
Exposição máxima ao risco de crédito	5.123	-	5.123	8.776	-	8.776

CBM Participações S.A
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Consolidado

31/12/2025

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P						AM Best					Moody's	Sem	
	A+	AA-	A-	A	AA	BBB+	A++	A+	A	A-	B++	AAA		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	992	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.105	
Valor justo por meio de resultados														
Quotas de fundos de investimentos	138.445	5.164	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143.609	
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.276	80.276	
Operações com resseguradoras (a)	19.723	234	12.976	793	807	489	6.496	5	12.158	756	785	-	4	55.226
Sinistros Resseguro PSL	42.423	5.231	18.308	279	-	160	13.462	15	33.273	12.171	3.065	-	-	128.388
IBNR	1.564	14	3.587	248	-	36	617	-	839	409	140	-	3	7.456
IBNER	12.648	1.626	5.014	20	-	5	3.985	-	9.932	3.717	660	-	-	37.607
Exposição máxima ao risco de crédito	215.795	12.382	39.885	1.340	807	690	24.560	20	56.202	17.053	4.650	-	80.283	453.667

CBM Participações S.A
 Demonstrações financeiras consolidadas em
 31 de dezembro de 2025 e 2024

Composição da carteira por classe e categoria contábil	Consolidado												31/12/2024	
	S&P					AM Best					Moody's	Sem rating	Saldo contábil	
	A+	AA-	A-	A	AA	BBB+	A++	A+	A	A-	B++	AAA		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.147	-	1.147
Valor justo por meio de resultados														
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.808	-	113.808
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.970	46.970
Operações com resseguradoras (a)	10.531	28	690	486	9	2.192	4	6.107	800	11	183	-	2.229	23.270
Sinistros Resseguro PSL	30.733	80	2.013	1.419	27	6.398	13	17.822	2.335	32	534	-	6.503	67.909
IBNR	10.552	28	691	487	9	2.197	4	6.119	802	11	183	-	2.234	23.317
IBNER	5.577	-	-	-	-	2.231	-	8.398	2.099	-	367	-	3.635	22.307
Exposição máxima ao risco de crédito	57.393	136	3.394	2.392	45	13.018	21	38.446	6.036	54	1.267	114.955	61.571	298.728

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que o Grupo não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, o Grupo indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos.

(a) Demonstramos abaixo a abertura da exposição ao risco de crédito por tipo de ressegurador:

Consolidado					
31/12/2025					
	Percentual cedido	Operações com resseguradoras	Percentual cedido	Sinistros resseguro PSL e PDR	Exposição Máxima ao risco de crédito
Resseguradora Local	6,99%	3.859	17,26%	22.157	26.016
Resseguradora Admitida	37,17%	20.528	29,43%	37.780	58.308
Resseguradora Eventual	55,84%	30.839	53,32%	68.450	99.289
	100,00%	55.226	100,00%	128.387	183.613

Consolidado				
31/12/2024				
	Percentual cedido	Operações com resseguradoras	Sinistros Resseguro PSL e PDR	Exposição máxima ao risco de crédito
Resseguradora Local	10%	2.229	6.504	8.732
Resseguradora Admitida	28%	6.512	19.005	2.517
Resseguradora Eventual	62%	14.529	42.400	56.929
	100%	23.270	67.909	91.179

4.2.6 *Risco Cambial*

Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória.

As operações do Grupo são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil.

O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite ao Grupo, por meio da Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra.

4.2.7 *Risco de sustentabilidade*

É o conjunto dos riscos climáticos, ambientais e sociais. São eles:

- Riscos climáticos
 - a) riscos climáticos físicos - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;
 - b) riscos climáticos de transição - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
 - c) riscos climáticos de litígio - possibilidade de perdas ocasionadas por sinistros em seguros de responsabilidade ou ações diretas contra a supervisionada, ambos em função de falhas na gestão de riscos climáticos físicos ou de transição;

- Riscos ambientais

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

- Riscos sociais

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

Companhia		
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Contas bancárias	103	38
Total Circulante	103	38

Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2024
Contas bancárias	1.045	1.083
Equivalentes de caixa	60	64
Total Circulante	1.105	1.147

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em fundos de investimento automático com liquidez diária.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

Exercício 31/12/2025	Companhia			% taxa de juros anual contratada
	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	
Títulos valor justo por meio de resultado				
Certificado de Depósito Bancário	9	9	0,10%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	5.012	5.012	99,82%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	5.021	5.021	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	5.021	5.021	100%	
Total classificado no ativo circulante	5.021	5.021	100%	

Consolidado				
Exercício 31/12/2025	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	12.236	12.236	8,52%	% IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	131.317	131.317	91,44%	% CDI
Certificado de Depósito Bancário	56	56	0,04%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	<u>143.609</u>	<u>143.609</u>	<u>100%</u>	
Total das aplicações financeiras(*)	<u>143.609</u>	<u>143.609</u>	<u>100%</u>	
Total classificado no ativo circulante	<u>143.609</u>	<u>143.609</u>	<u>100%</u>	
Companhia				
Exercício 31/12/2024	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Certificado de Depósito Bancário	0	0	0,00%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	8.737	8.737	100,00%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado (*)	<u>8.738</u>	<u>8.738</u>	<u>100%</u>	
Total das aplicações financeiras (*)	<u>8.738</u>	<u>8.738</u>	<u>100%</u>	
Total classificado no ativo circulante	<u>8.738</u>	<u>8.738</u>	<u>100%</u>	
Consolidado				
Exercício 31/12/2024	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	10.987	10.987	9,65%	% IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	102.819	102.819	90,34%	% CDI
Certificado de Depósito Bancário	2	2	0,00%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	<u>113.808</u>	<u>113.808</u>	<u>100%</u>	
Total das aplicações financeiras (*)	<u>113.808</u>	<u>113.808</u>	<u>100%</u>	
Total classificado no ativo circulante	<u>113.808</u>	<u>113.808</u>	<u>100%</u>	

- (*) Saldo composto por investimentos cotas de fundos de investimento de renda fixa custodiados pelo Banco Itaú que aplicam exclusivamente em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos vinculados à cobertura de provisões técnicas.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	<u>Companhia</u>
	<u>Cotas</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>10.153</u>
Aplicações	6.088
Resgates	(8.505)
Rendimentos	1.001
Saldo em 31/12/2024	<u>8.738</u>
Aplicações	7.765
Resgates	(12.430)
Rendimentos	948
Saldo em 31/12/2025	<u>5.021</u>
	<u>Consolidado</u>
	<u>Cotas</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>86.370</u>
Aplicações	143.289
Resgates	(124.221)
Rendimentos	8.369
Saldo em 31/12/2024	<u>113.808</u>
Aplicações	120.923
Resgates	(106.175)
Rendimentos	15.052
Saldo em 31/12/2025	<u>143.609</u>

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e

Nível 3 - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

	Companhia	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Títulos	Nível 1	Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	5.021	8.738
Total Circulante	5.021	8.738
	Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Títulos	Nível 1	Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	143.609	113.808
Total Circulante	143.609	113.808

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Grupo de ramo	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural (a)	11.981	19.356
Riscos Financeiros	58.028	25.646

CBM Participações S.A
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Responsabilidade e Patrimonial	7.083	1.188
RVNE	6.115	1.971
RVR - Prêmios a receber (b)	<u>(7.935)</u>	<u>(4.968)</u>
Total circulante	<u>75.273</u>	<u>43.193</u>
Circulante	<u>75.273</u>	<u>43.193</u>
 Grupo de ramo		
Riscos Financeiros	5.003	3.777
Total não circulante	<u>5.003</u>	<u>3.777</u>
Não Circulante	<u>5.003</u>	<u>3.777</u>
Total	<u><u>80.276</u></u>	<u><u>46.970</u></u>

- a) Valor 8 milhões de subvenção federal recebido no último dia útil de 2024, com parcelas baixadas apenas em 2025
- b) RVR calculada com base na perda histórica demonstrado em estudo técnico, conforme legislação vigente.

7.1.1 Média de parcelamento dos prêmios a receber por ramo

Ramo	Quantidade de parcelas	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Rural	1 a 5	84,52%	98,20%
	6 a 11	14,81%	1,80%
	Acima de 12	0,67%	-
Riscos Financeiros	1 a 5	74,27%	74,30%
	6 a 11	14,89%	17,90%
	Acima de 12	10,83%	7,80%
Responsabilidade e Patrimonial	1 a 5	30,51%	57,50%
	6 a 11	43,62%	42,60%
	Acima de 12	25,86%	-

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

a. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

	31/12/2025			Consolidado
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	3.176	18.381	11.321	32.878
Riscos Financeiros	68	5.752	3.237	9.057
Responsabilidade e Patrimonial	132	746	1.151	2.028

Total	3.375	24.878	15.709	43.963
Circulante	3.375	24.878	15.709	43.963

Consolidado				
31/12/2024				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	1.265	11.804	3.862	16.931
Total	1.265	11.804	3.862	16.931
Circulante	1.265	11.804	3.862	16.931

b. Composição de prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

Consolidado				
31/12/2025				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	415	4.044	3.748	8.207
Riscos Financeiros	13	889	1.071	1.973
Responsabilidade e Patrimonial	56	1.027	-	1.083
Total	484	5.961	4.819	11.263
Circulante	484	5.961	4.819	11.263

Consolidado				
31/12/2024				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	346	3.329	2.664	6.339
Total	346	3.329	2.664	6.339
Circulante	346	3.329	2.664	6.339
Total Geral (a+b)	3.859	30.839	20.528	55.226
Total Geral (a+b)	1.611	15.133	6.526	23.270

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Consolidado Prêmios a Receber
Saldo em 31/12/2023	31.119
Emissões	184.553
Cancelamentos	(27.775)
Restituídos	(20.594)
RVNE	(342)
Recebimentos	(119.096)
Redução ao Valor Recuperável	(895)
Saldo em 31/12/2024	46.970
Emissões	225.311
Cancelamentos	(42.343)
Restituídos	(17.107)
RVNE	4.145
Recebimentos	(133.733)
Redução ao Valor Recuperável	(2.967)
Saldo em 31/12/2025	80.276

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

(a) *Prêmios a receber*

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento (*)	6.114	1.971
A vencer até 30 dias	10.174	7.719
A vencer de 31 a 60 dias	9.281	5.270
A vencer de 61 a 120 dias (a) /(b)	15.847	12.491
A vencer de 121 a 180 dias (b)	11.017	6.039
A vencer de 181 a 365 dias (b)	15.807	3.709
A vencer acima de 365 dias (b)	5.003	3.777
	67.129	39.005
Vencidos até 30 dias	1.806	2.157
Vencidos de 31 a 60 dias	1.214	915
Vencidos de 61 a 120 dias	1.097	1.978
Vencidos de 121 a 180 dias	1.293	1.028
Vencidos de 181 a 365 dias	2.868	860
Vencidos acima de 365 dias	6.690	4.024
	14.968	10.962
Prêmios a receber	88.211	51.938

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Redução ao Valor Recuperável (c)	(7.935)	(4.968)
Saldo	80.276	46.970
(*)Saldo referente a RVNE		

- (a) Valor de 8 milhões subvenções federais recebidas no último dia útil de 2024, com parcelas baixadas apenas em 2025.
- (b) Em 2025 tivemos uma crescente nas emissões nos Ramos de Riscos Financeiros que possuem vigências maiores, representando 82% dos prêmios a vencer.
- (c) RVR calculada com base na perda histórica demonstrado em estudo técnico, conforme legislação vigente.

(b) Sinistros a Recuperar do Ressegurador

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecidos em até 30 dias	2.2445	1.408
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	5.839	3.378
Reconhecidos entre 61 a 120 dias ^(a)	12.576	7.348
Reconhecidos entre 121 a 180 dias ^(a)	3.355	3.121
Reconhecidos entre 181 a 365 dias ^(a)	10.260	286
Reconhecidos acima de 365 dias ^(a)	9.688	1.390
	43.963	16.931
Redução ao Valor Recuperável	-	-
Saldo	43.963	16.931

- ^(a) O Grupo, por meio da Seguradora possui um fluxo médio de 180 dias para recuperação de prestação de contas dos sinistros a recuperar junto ao ressegurador.

7.5 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de seguradoras

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rural	5.362	1.106
Responsabilidade e Patrimonial	(482)	-
Riscos Financeiros	(2.199)	(553)
	2.681	553

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos tributários e previdenciários

Composição dos impostos a compensar e créditos tributários

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	473	297
Contribuição Social a compensar	1	4
Total Circulante	474	301
Total	474	301
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	589	343
Contribuição Social a compensar	32	11
Antecipação de Imposto de Renda	0	0
Antecipação de Contribuição Social	0	0
Outros Créditos da Previdência Social	2	2
Cofins a recuperar	39	7
Pis a recuperar	27	1
Total Circulante	689	363
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	13.652	13.661
Diferenças Temporais	124	229
Contribuição social diferida sobre:	0	0
Bases Negativas (a)	8.192	8.196
Diferenças Temporais	75	137
Cofins Diferido	1.650	644
PIS diferido	268	104
Total Não Circulante	23.960	22.970
Total	24.649	23.333

(a) O Grupo, por meio da Seguradora possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas em

2025 no montante de R\$21.844 (R\$21.857 em 2024). A Circular SUSEP 648/21, e suas alterações posteriores, no seu art. 118 parágrafo 1º exige que os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias ou de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro reconhecidos deverão ser suportados por estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do crédito tributário.

O Grupo, por meio da Seguradora elaborou um plano de negócios que foi base para o estudo demonstrando ser capaz de realizar 100% dos créditos tributários contabilizados até 2030. O plano de negócios foi aprovado por unanimidade na reunião do Conselho de Administração da CBM Participações, detentora de 100% das ações da Newe, datada do dia 12 de dezembro de 2025. O estudo de realização do crédito tributário foi aprovado pela Administração no dia 04 de fevereiro de 2026 e segue utilizando as mesmas premissas do plano de negócios.

O Grupo, por meio da Seguradora inicia 2026 reforçando a estratégia adotada em 2025, estando em uma fase de ampliação de produtos, reformulação da estrutura organizacional e investimentos em tecnologia. O objetivo é alcançar, em 2029, R\$ 500 milhões de faturamento. Embora o agronegócio continue sendo uma área importante, a diversificação é uma prioridade para a Newe. A Seguradora está ampliando o seu atual portfólio, que já contempla coberturas para lavoura, equipamentos rurais (linha verde), garantia, fiança locatícia, responsabilidade civil, patrimonial, entre outras, assim ampliando a participação em outros segmentos como, por meio de plataformas automatizadas para cotação, venda, emissão de apólices e regulação de sinistros e também está prevista a realização de *cross-sell* entre as linhas que a Newe já opera e aquelas que agora entram no portfólio da Seguradora e parcerias com MGAs (Managing General Agents) consolidadas no mercado em linhas de negócios como Transporte, Patrimonial, E&O, D&O.

Todas as premissas utilizadas no modelo financeiro estão pautadas na avaliação profunda de mercado. Atualmente a SUSEP disponibiliza uma base rica com todas as informações de mercado e foram a fonte primária para elaboração do plano. No modelo de negócios da Seguradora foi detalhado os níveis de comissionamento e sinistralidade de cada linha de negócios que a Newe irá atuar e utiliza parâmetros mais conservadores dos praticados pelo mercado afim de garantir margem de negociação. Importante destacar que a Newe possui em seu DNA um grande conhecimento de resseguro e o utiliza como premissa de modelo de negócios. A Seguradora é conservadora na aceitação e retenção do risco e conta com um painel de resseguro que engloba um mix de resseguradores locais e internacionais amplo de primeira linha, o que traz aprendizado e segurança para encarar desafios futuros. O fato de ter uma operação lastreada no resseguro e fundamental para garantir a aderência do plano de negócios e a geração de lucro futuro, uma vez que se protege de oscilações de mercado.

O modelo considera as despesas administrativas com um percentual médio no curto prazo de 20% sobre o prêmio emitido, valor consideravelmente alto em relação ao mercado. Isso demonstra que a Seguradora precificou o custo de investimento para suportar seu crescimento. Outro fator que fortalece a rentabilidade financeira será é o impacto positivo com a Selic em patamares ainda altos.

O primeiro quadro abaixo demonstra o montante do crédito por ano de contabilização; o segundo possui o detalhamento da realização do crédito por ano fiscal com base na projeção e; o terceiro após uma sensibilidade de 20% de aumento da sinistralidade utilizada no plano, é apresentado como se comportaria a realização do crédito por ano fiscal. Nos quadros (ii) e (iii) demonstra-se a projeção da realização de quase a totalidade do crédito tributário até o exercício de 2029, sendo o saldo remanescente consumido até 2030.

i. Crédito acumulado por ano de contabilização:

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Prejuízo Fiscal	7.237	6.826	7.498	10.710	13.661	13.652
Base Negativa	4.342	4.096	4.499	6.426	8.196	8.192
Total	11.580	10.922	11.997	17.136	21.857	21.844

ii. Realização do crédito por ano fiscal:

	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
Lucros tributários futuros	1.064	3.719	31.946	62.975	114.970
Compensação créditos tributáveis (30%)	(308)	(1.116)	(2.703)	(5.033)	(10.666)
% Realizado (c)		5,11%	12,38%	23,04%	48,83%
Crédito a realizar	21.844	20.728	18.025	12.992	2.326

iii. Realização do crédito por ano fiscal, com sensibilidade de 20% na sinistralidade:

	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
Lucros tributários futuros	1.064	2.975	7.209	13.421	28.442
Compensação créditos tributáveis (30%)	(308)	(893)	(2.163)	(4.026)	(8.533)

% Realizado (c)		4.09%	9.90%	18.43%	39,06%
Crédito a realizar	21.844	20.951	18.789	14.763	6.230

- (b) A Seguradora reconhece contabilmente, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.
- (c) Variação do percentual em relação ao crédito do ano corrente.

8.1.1 Créditos tributários e previdenciários não reconhecidos – estimativa de recuperação

O Grupo, por meio da Seguradora identificou, com base em revisão técnico-tributária, potenciais valores passíveis de recuperação relacionados a tributos incidentes sobre operações de resseguro, os quais não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A estimativa de recuperação decorre, principalmente:

- IRRF sobre prêmios de resseguro, cuja recuperação está fundamentada na aplicação dos tratados internacionais para evitar a dupla tributação firmados pelo Brasil, que limitam ou afastam a incidência do imposto na fonte, conforme o país de residência do ressegurador no exterior;
- PIS e COFINS-Importação, decorrentes de revisão da base de cálculo, incluindo a correta aplicação do mecanismo de *gross-up*, conforme a legislação tributária aplicável.

O valor estimado de recuperação corresponde a R\$ 2,9 milhões relacionados a PIS e COFINS e R\$ 3,6 milhões referentes a IRRF, totalizando R\$ 6,5 milhões em valor principal, sujeitos às devidas atualizações monetárias. Essa estimativa está suportada por análise técnica específica, que considera a natureza das operações, a legislação vigente e o entendimento administrativo e judicial aplicável ao setor segurador. A Administração estima que o prazo médio para a aprovação para compensação desses créditos por parte da Receita seja de aproximadamente 2 (dois) anos, contados a partir do início das medidas administrativas cabíveis.

Todavia, tais valores não foram reconhecidos como ativos nas demonstrações financeiras, em observância aos itens 31 a 35 do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que sua realização depende de eventos futuros incertos, relacionados à conclusão favorável de procedimentos administrativos ou judiciais. Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração entendeu que, embora exista expectativa de recuperação, a entrada de benefícios econômicos ainda não é praticamente certa, razão pela qual os valores permanecem classificados como ativo contingente, sendo divulgados apenas em nota explicativa.

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
Movimentação do ativo diferido		
Saldo em 31/12/2023	10.741	6.444
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.952	1.770
Ajustes Temporais	198	119
Saldo em 31/12/2024	13.891	8.333
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(9)	(4)
Ajustes Temporais	(105)	(62)

Saldo em 31/12/2025 13.776 8.267

8.3 Ressarcimentos a Receber

O Grupo, por meio da Seguradora, possui direito ao reembolso dos prejuízos suportados ao indenizar dano causado por terceiros, no ramo de Riscos Financeiros. O Grupo, por meio da Seguradora, registrou os montantes abaixo em 2024 e 2025:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimentos de Sinistros	16.874	14.886
RVR Ressarcimento	(6.668)	(5.021)
Total	10.206	9.865

8.3.1 Movimentação de Ressarcimento

Saldo em 31/12/2023	5.936
Aviso de Ressarcimento	13.079
Ajustes	1.307
Recebimento	(5.436)
Redução ao Valor Recuperável (a)	(5.021)
Saldo em 31/12/2024	9.865
Aviso de Ressarcimento	17.027
Ajustes	412
Recebimento	(8.783)
Redução ao Valor Recuperável (a)	(1.647)
Saldo em 31/12/2025	16.874

(a) O Grupo, por meio da Seguradora, provisiona os valores a receber com base no Contrato de Conta Garantia (CCG) e nas expectativas e recebimento acordadas com o tomador, considerando fatores relevantes, como recuperação judicial ou falência.

8.3.2 Aging Ressarcimento a Receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
30 dias	-	7.937
31 a 60 dias	-	-
61 a 120 dias	-	-
121 a 180 dias	382	-
181 a 365 dias	9.085	-
Acima 365 dias	738	1.928
Redução ao Valor Recuperável (*)	6.668	5.021
	16.874	9.865

8.4 Empréstimos a Receber

Em 08 de outubro de 2024, a Companhia concedeu um empréstimo, no valor de R\$1.000 com vencimento em 2 anos, para a Controlada Green Data. O empréstimo está sujeito à incidência de juros remuneratórios equivalentes à Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) vigente, calculados *pro rata die* desde a presente data até a data do seu efetivo pagamento pela Green Data ou a data de sua conversão em capital pela Companhia.

Foram autorizados mais dois empréstimos para a controlada ao longo de 2025: um novo mútuo de R\$ 1.000 e outro de R\$ 200.

Em 12 de dezembro de 2025, a companhia deliberou a conversão do saldo total do empréstimo em aumento de capital da controlada Green Data. Ato contínuo, os recursos foram destinados à absorção de prejuízos acumulados, o que neutralizou o efeito líquido da capitalização no patrimônio da controlada.

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a receber	-	1.024
Total	-	1.024

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade e Patrimonial	2.443	1.554
Riscos Financeiros	29.718	18.197
Rural	1.593	2.747
Total	33.754	22.498
Circulante	16.718	13.234
Não Circulante	17.036	9.264

9.1.1 Prazo de Diferimentos dos Custos de Aquisição por ramo

	Consolidado
	31/12/2025
Rural	7 meses
Riscos Financeiros	3 anos
Responsabilidades e Patrimonial	2,3 anos

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	19.240
Constituição	21.209
Amortização	(17.951)

Saldo em 31/12/2024	22.498
Constituição	35.231
Amortização	(23.975)
Saldo em 31/12/2025	33.754

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do exercício de risco.

10 Investimentos

As movimentações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições / Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Newe Seguros	68.806	-	(7.535)	61.271
Green Data	1.511	(5)	(2.054)	(547)
C2M (a)	-	10	1	11
Total	70.317	5	(9.587)	60.735
	Saldo em 31/12/2024	Adições / Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Newe Seguros	61.271	-	148	61.419
Green Data (b)	(547)	2.467	(1.989)	(69)
C2M	11	-	34	46
Total	60.735	2.467	(1.806)	61.396

- a) Foi feito um aporte de R\$ 10 na C2M Participações feito pela Companhia conforme detalhado na N.E. 1.
b) Foi feita conversão do mútuo em aumento de Capital Social, e posterior utilização deste aumento em abatimento dos prejuízos acumulados dos exercícios anteriores da controlada Green Data. Para maiores explicações, verificar nota explicativa 8.4.

Os principais saldos das controladas estão demonstrados abaixo:

Exercício	Controlada	Participação acionária	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo Líquido)
31/12/2023	Newe Seguros S.A.	100,00%	68.806	(6.753)
31/12/2023	Green Data Ltda.	100,00%	1.511	(789)
31/12/2024	Newe Seguros S.A.	100,00%	61.271	(7.535)
31/12/2024	Green Data Ltda.	96,46%	(547)	(2.054)
31/12/2024	C2M Participações Ltda	100,00%	11	(1)
31/12/2025	Newe Seguros S.A.	100,00%	61.419	148
31/12/2025	Green Data Ltda.	96,46%	(69)	(1.989)
31/12/2025	C2M Participações Ltda	100,00%	46	34

(*) Para melhor detalhamento, consultar nota explicativa 1.

11 Imobilizado

		<u>Companhia</u>	
Imobilizado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Informática	20%	6	6
		<u>6</u>	<u>6</u>
Depreciação/Amortização acumulada		(6)	(5)
Total		<u><u>0</u></u>	<u><u>1</u></u>

		<u>Consolidado</u>	
Imobilizado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	476	450
Informática	20%	1.288	1.066
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33%	908	885
		<u>2.672</u>	<u>2.401</u>
Depreciação/Amortização acumulada		(2.020)	(1.745)
Total		<u><u>652</u></u>	<u><u>656</u></u>

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

		<u>Companhia</u>		
	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Informática	1	0	(1)	0
Exercício findo em 31/12/2025	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>(1)</u>	<u>0</u>
Exercício findo em 31/12/2024	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>

		<u>Consolidado</u>		
	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	198	25	(42)	181
Informática	302	222	(147)	377
Benfeitorias em imóveis de terceiros	155	24	(85)	94
Exercício findo em 31/12/2025	<u>655</u>	<u>271</u>	<u>(274)</u>	<u>652</u>
Exercício findo em 31/12/2024	<u>695</u>	<u>189</u>	<u>(228)</u>	<u>656</u>

12 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Consolidado			
	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	4.020	1.957	(1.730)	4.247
Exercício findo em 31/12/2025	4.020	1.957	(1.730)	4.247
Exercício findo em 31/12/2024	4.242	1.400	(1.622)	4.020

13 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

13.1 Obrigações a pagar

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	-	5
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353
Subtotal	1.353	1.358

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	601	548
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353
Subtotal	1.954	1.901

13.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido de funcionários	22	45
Impostos retidos de terceiros	1	-
Contribuições para o INSS	21	-
Subtotal	45	45

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido de funcionários	286	270
Impostos retidos de terceiros	822	115
Contribuições para o FGTS	67	46
Contribuições para o INSS	499	535
Subtotal	1.674	967

13.3 Encargos trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Férias e 13º a pagar	905	637
Encargos sobre férias e 13º salário	284	208
Subtotal	1.189	845

13.4 Impostos e contribuições

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	4	5
IR E CSLL	-	0
Subtotal	4	5

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	72	95
IR E CSLL	107	0
Subtotal	179	95

13.5 Outras Contas a Pagar

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	304	291
Subtotal	304	291

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	650	176
Subtotal	650	176

14 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Riscos Financeiros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pelo Grupo por meio da Seguradora. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

14.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade e Patrimonial	9.665	757
Rural	42.688	44.725
Riscos Financeiros	95.192	41.337
RVNE	3.302	1.017
Total	150.847	87.836
Circulante	150.847	87.836

14.1.1 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Consolidado Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2023	52.720
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	71.595
Pagamentos	(36.258)
RVNE	(222)
Saldo em 31/12/2024	87.836
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	87.474
Pagamentos	(26.748)
RVNE	2.285
Saldo em 31/12/2025	150.847

14.2 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade e Patrimonial	1.267	302
Rural	119	1.913
Riscos Financeiros	17.236	6.182
Total	18.622	8.397
Circulante	18.622	8.397

14.3 Prêmios a restituir

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2025 (a)	31/12/2024
Rural	-	1.742
Responsabilidade e Patrimonial	-	646
Riscos Financeiros	-	166
Total	-	2.553
Circulante	-	2.553

- (a) Em conformidade com os Ofícios Circulares Eletrônicos nº 1/2025 e nº 2/2025 da SUSEP, a NEWE passou a contabilizar os valores de prêmios a restituir na Provisão de Valores a Regularizar (PVR), classificada no grupo de outras provisões técnicas, substituindo a prática anterior. Para ver os saldos de Prêmios a Restituir do ano de 2025, vide nota explicativa 15.2

14.4 Composição dos prêmios cedidos em cosseguo a pagar

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rural	-	-
Responsabilidade e Patrimonial	859	-
Riscos Financeiros	8.383	4.563
Total	9.242	4.563
Circulante	9.242	4.563

14.4.1 Movimentação dos prêmios cedidos em cosseguo

	Consolidado Prêmios cedidos em cosseguo
Saldo em 31/12/2023	32
Emissões	11.526
Cancelamentos	(4.947)
Recebimentos	(2.048)
Saldo em 31/12/2024	4.563
Emissões	16.778
Cancelamentos	(7.499)
Recebimentos	(4.600)
Saldo em 31/12/2025	9.242

15 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

15.1 Ativos de resseguro

							Consolidado
							31/12/2025
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL ADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL JUD (a)/(b))	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidades	8.000	1.253	-	2.462	138	-	11.853
Riscos Financeiros	61.105	2.983	-	3.671	237	-	67.996
Rural	7.230	3.672	108.678	1.040	12.433	36.884	169.937
Total	76.335	7.908	108.678	7.173	12.808	36.884	249.786
Total classificado no ativo circulante	43.135	7.908	108.678	7.173	12.808	36.884	216.586
Total classificado no ativo não circulante	33.200	-	-	-	-	-	33.200

	Consolidado						
	31/12/2024						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL ADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL JUD) (a)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidades	3.836	-	-	2.401	-	-	6.237
Riscos Financeiros	38.739	28.836	-	15.085	- 89	-	82.571
Rural	14.230	5.203	25.363	5.831	8.597	22.307	81.531
Total	56.805	34.039	25.363	23.317	8.508	22.307	170.339
Total classificado no ativo circulante	38.559	34.039	25.363	23.317	8.508	22.307	152.093
Total classificado no ativo não circulante	18.246	-	-	-	-	-	18.246

(a) A seguradora possui um saldo de R\$35.408 referente a adiantamento de recuperação de resseguro (cashcall), em 2024 o saldo era R\$13.904.

(b) Em dezembro de 2025, as provisões de ativos de resseguro foram impactadas pela celebração de acordo de Commutation, que resultou na liquidação definitiva de determinados contratos de resseguro, principalmente relacionados à safra de verão de 2021. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa 27.

15.2 Provisões técnicas

	Consolidado							
	31/12/2025							
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL ADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL JUD) (a)/(b)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de prêmios a restituir (PVR)	Total das Provisões técnicas
Grupo de ramo								
Responsabilidades	12.211	1.351	-	3.325	184	-	(2)	17.069
Riscos Financeiros	113.350	3.170	-	3.977	250	-	82	120.829
Rural	13.149	5.821	134.668	1.551	15.679	46.105	2.982	219.955
Total	138.710	10.342	134.668	8.853	16.113	46.105	3.062	357.853
Total classificado no passivo circulante	73.891	10.342	134.668	8.853	16.113	46.105	3.062	293.034
Total classificado no passivo não circulante	64.819	-	-	-	-	-	-	64.819

	Consolidado							
	31/12/2024							
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL ADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL JUD) (a)	Provisão de sinistros incorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros incorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de prêmios a restituir (PVR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidades	6.230	150	-	3.358	-	-	-	9.738
Riscos Financeiros	71.634	29.630	-	16.344	(92)	-	-	117.516
Rural	25.784	5.699	29.346	8.606	10.287	26.244	-	105.966
Total	103.648	35.479	29.346	28.308	10.195	26.244	-	233.220
Total classificado no passivo circulante	67.645	35.479	29.346	28.308	10.195	26.244	-	197.217
Total classificado no passivo não circulante	36.003	-	-	-	-	-	-	36.003

(a) A seguradora possui um saldo de R\$ 6.607 a devolver referente a adiantamento de recuperação de resseguro (cashcall), em 2024 o saldo era R\$ 11.024.

(b) Em dezembro de 2025, as provisões técnicas foram impactadas pela celebração de acordo de commutation, que resultou na liquidação definitiva de determinados contratos de resseguro, principalmente relacionados à safra de verão de 2021. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa 27.

15.3 Movimentação das Provisões técnicas

	Consolidado							
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLJUD)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de prêmios a restituir	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	87.587	19.216	75.027	17.527	-	8.754	-	208.111
(+) Prêmio emitido	129.566	-	-	-	-	-	-	129.566
(-) Prêmio ganho	(113.505)	-	-	-	-	-	-	(113.505)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	67.814	-	-	-	-	-	67.814
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	-	(11.242)	-	-	-	-	(11.242)
(-) Pagamento de sinistro	-	(51.551)	-	-	-	-	-	(51.551)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	-	(38.776)	-	-	-	-	(38.776)
(+) Correção monetária de sinistro judiciais	-	-	4.338	-	-	-	-	4.338
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	-	10.781	-	-	-	10.781
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	26.244	-	-	26.244
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	-	10.596	-	10.596
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	-	-	(9.155)	-	(9.155)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	103.648	35.479	29.346	28.308	26.244	10.195	-	233.220
(+) Prêmio emitido	161.816	-	-	-	-	-	-	161.816
(-) Prêmio ganho	126.754	-	-	-	-	-	-	(126.754)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	17.693	-	-	-	-	-	17.693
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	-	113.222	-	-	-	-	113.222
(-) Pagamento de sinistro	-	(42.830)	-	-	-	-	-	(42.830)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	-	(38.213)	-	-	-	-	(38.213)
(+) Correção monetária de sinistro judiciais	-	-	30.313	-	-	-	-	30.313
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	-	(19.455)	-	-	-	(19.455)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	19.861	-	-	19.861
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	-	12.614	-	12.614
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	-	-	(6.696)	-	(6.696)
(+/-) Constituição/Reversão Prêmios a Restituir	-	-	-	-	-	-	3.062	3.062
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	138.710	10.342	134.668	8.853	46.105	16.113	3.062	357.853

15.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

Consolidado

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLJUD)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	47.900	18.908	65.119	14.614	7.510	-	154.050
(+) Prêmio cedido	71.374	-	-	-	-	-	71.374
(-) Prêmio ganho cedido	(62.469)	-	-	-	-	-	(62.469)
(+) Aviso de sinistro	-	56.173	-	-	-	-	56.173
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	-	(9.835)	-	-	-	(9.835)
(-) Sinistros recuperados	-	(26.248)	-	-	-	-	(26.248)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	-	(31.345)	-	-	-	(31.345)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(14.794)	-	-	-	-	(14.794)
(-) Sinistros pagos e não recuperados judiciais	-	-	(2.137)	-	-	-	(2.137)
(+) Atualização monetária	-	-	3.561	-	-	-	3.561
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	-	8.703	-	-	8.703
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	8.368	-	8.368
(-) PDR recuperada	-	-	-	-	(7.370)	-	(7.370)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	-	22.307	22.307
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.805	34.039	25.363	23.317	8.508	22.307	170.339
(+) Prêmio cedido	89.760	-	-	-	-	-	89.760
(-) Prêmio ganho cedido	(70.230)	-	-	-	-	-	(70.230)
(+) Aviso de sinistro	-	8.183	-	-	-	-	8.183

Consolidado

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLADM)	Provisão de sinistros a liquidar (PSLJUD)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	-	85.488	-	-	-	85.488
(-) Sinistros recuperados	-	1.966	-	-	-	-	1.966
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	-	(20.204)	-	-	-	(20.204)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(36.280)	-	-	-	-	(36.280)
(-) Sinistros pagos e não recuperados judiciais	-	-	(7.683)	-	-	-	(7.683)
(+) Atualização monetária	-	-	25.714	-	-	-	25.714
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	-	(16.144)	-	-	(16.144)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	9.265	-	9.265
(-) PDR recuperada	-	-	-	-	(4.965)	-	(4.965)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	-	14.577	14.577
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.335	7.908	108.678	7.173	12.808	36.884	249.786

15.5 Desenvolvimento de sinistros
15.5.1 *Desenvolvimento de sinistros*

	Consolidado									
	2017	2018	2019	2020	Ano de aviso do sinistro		2023	2024	2025	Total
					2021	2022				
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	642.987	451.043	47.002	69.437	44.429	
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	808.212	479.807	48.035	43.070	-	
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	837.532	472.077	48.541	-	-	
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	40.433	836.054	567.961	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	187	69.492	46.105	39.689	886.595	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	187	78.925	45.889	38.424	-	-	-	-	-	
Seis anos ou mais após o aviso	187	78.227	44.585	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2025)	187	78.227	44.585	38.424	886.595	567.961	48.541	43.070	44.429	1.752.018
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(78.067)	(44.530)	(37.732)	(841.677)	(480.986)	(48.394)	(41.515)	(33.920)	(1.607.009)
Provisão de sinistros a liquidar	-	160	54	692	44.918	86.974	147	1.556	10.509	145.010
IBNER										46.105
Resseguro										(116.585)
Ativos de Stop Loss										(1.102)
Provisões líquidas de resseguros										73.427

15.5.2 *Desenvolvimento de sinistros (Resseguro)*

	Ano de aviso do sinistro									Consolidado
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso	26	40.409	41.710	34.737	544.785	383.600	40.354	55.602	33.733	
Um ano após o aviso	173	69.174	42.248	35.092	685.221	407.949	41.309	31.559	-	
Dois anos após o aviso	173	70.321	42.613	33.830	710.111	401.636	41.775	-	-	
Três anos após o aviso	173	71.775	40.994	36.882	708.882	479.560	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	173	64.933	43.935	36.184	748.963	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	173	73.682	43.768	35.072	-	-	-	-	-	
Seis anos ou mais após o aviso	173	73.023	42.621	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2025)	173	73.023	42.621	35.072	748.963	479.560	41.775	31.559	33.733	1.486.479
Pagamentos de sinistros efetuados	(173)	(72.870)	(42.160)	(34.361)	(713.435)	(409.142)	(41.686)	(30.263)	(25.805)	(1.369.895)
Provisão de sinistros a liquidar (Resseguro)	0	153	461	711	35.528	70.418	89	1.296	7.928	116.585
IBNER										36.884
Ativos de Stop Loss										1.102
Provisões de Resseguro										154.571

16 Depósitos de Terceiros
(a) Aging de depósitos de terceiros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecidos em até 30 dias (a)	567	7.947
Reconhecidos em entre 31 e 60 dias	596	3
Reconhecidos em entre 61 e 120 dias	230	42
Reconhecidos em entre 121 e 365 dias	782	4
Reconhecido acima de 365 dias	26	29
Total	2.201	8.025

a) Valor de subvenção federal recebido no último dia útil do ano, com parcelas baixadas apenas em 2025.

Além do saldo demonstrado acima, a Seguradora possui um montante em Depósitos de Terceiros de Sinistros que são referentes a processos em trânsito no valor de R\$425 e um montante de Depósitos de Terceiros de Cosseguos Aceitos no valor de R\$276, em 2024 o saldo era R\$ 70.

17 Garantia de provisões técnicas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total de provisões técnicas a serem cobertas	357.853	233.220
(-) Ativo redutor de PPNG	(17.939)	(27.873)
(-) Direitos creditórios	(55.660)	(28.582)
(-) DAC Redutora	(16.854)	(13.995)
(-) Depósitos Judiciais	(1.087)	-
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR) (*)	(166.843)	(102.509)
Total a ser coberto (B)	99.470	60.261
Total de ativos dados em garantia (A)	138.445	104.461
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	38.975	44.200

18 Provisões Judiciais

Com exceção de 18 (dezoito) ações judiciais em que figura como autora, dos quais 13 (treze) casos ativos e 5 (cinco) casos encerrados, o Grupo por meio da Seguradora possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro substanciados em apólices emitidas.

18.1 Processos cíveis

Em 31 de dezembro, o Grupo por meio da Seguradora possuía 1.683 (um mil seiscentos e oitenta e três) ações judiciais, das quais 1.394 (um mil trezentos e noventa e quatro) casos ativos e 289 (duzentos e oitenta e nove) casos encerrados, decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Seguradora, e considerando as 1.376 ações indenizatórias, o montante de perda estimada desses processos foi de R\$ 134.667 (R\$ 29.356 em 31 de dezembro de 2024).

- a) Relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo por meio da Seguradora possuía 1.368 (um mil trezentos e sessenta e oito) ações judiciais segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

Consolidado				
31/12/2025				
	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	1	535	594	474
Possível	311	135.845	81.363	65.898
Remoto	1.056	601.179	52.712	42.306
Total	1.368	737.559	134.668	108.678

Consolidado				
31/12/2024				
	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	-	-	-	-
Possível	101	27.037	13.451	11.829
Remoto	1.291	139.329	15.905	13.543
Total	1.392	166.366	29.356	25.372

- a) Não relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo por meio da Seguradora possuía 8 (oito) ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda e valores em risco:

Consolidado				
31/12/2025			31/12/2024	
	Quantidade	Valor em Risco	Quantidade	Valor em Risco
Possível (*)	-	-	3	1.340
Remoto	8	1.742	8	1.696
Total	8	1.742	11	3.037

(*) Os advogados que patrocinam as causas não relacionadas a sinistros, especificamente, tendo como objeto em discussão Danos Morais classificam como “Possível” a probabilidade de perda.

Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial

Desde o início de suas operações judiciais em 2019, a Seguradora tem aprimorado continuamente sua metodologia de constituição da PSL Judicial, fundamentando-se em avaliações técnicas integradas entre as áreas jurídica e de sinistros.

A evolução histórica permitiu que a metodologia se tornasse mais tangível, superando os desafios iniciais de ausência de histórico judicial. Esse processo de melhoria contínua, realizado em conformidade com o CPC 23, estabeleceu as

bases para que o provisionamento passasse a refletir com maior precisão a realidade técnica dos sinistros e as chances de êxito em juízo.

Dando continuidade a esse ciclo de aprimoramento, a Seguradora implementou, em 2025, novas e profundas mudanças em sua metodologia. A Seguradora promoveu um ajuste estratégico na metodologia de atualização dos valores provisionados, refinando o cálculo de juros e correção monetária. Esta revisão teve como objetivo alinhar os montantes reservados não apenas ao que está consolidado nas condições contratuais das apólices, mas também às recentes jurisprudências e entendimentos dos tribunais. Ao integrar essas métricas de atualização de forma mais precisa, a Seguradora assegura que as provisões reflitam o valor real e atualizado das obrigações futuras, mitigando discrepâncias entre a reserva contábil e o desembolso final no encerramento das lides.

Adicionalmente, o foco central deste refino da metodologia foi observar a especificidade do assunto de cada processo, permitindo uma análise granular das teses jurídicas envolvidas. Ao categorizar as demandas por temas específicos do setor agrícola, a Seguradora passou a aplicar pesos de risco que refletem com maior exatidão a probabilidade de perda para cada tipo de controvérsia.

Além disso, a metodologia de 2025 passou a considerar de forma mais rigorosa as fases e a maturidade dos processos. Agora, o nível de provisionamento é ajustado dinamicamente conforme o amadurecimento da lide, levando em conta a solidez das provas produzidas e o teor das decisões judiciais em cada instância. Essa sofisticação técnica resultou em um aumento significativo nos níveis de provisão, refletindo uma postura mais conservadora e prudente da administração.

Essa elevação no montante provisionado proporciona maior segurança, fortalece a solvência da Seguradora e reduz a exposição a surpresas financeiras, garantindo que o balanço patrimonial esteja devidamente protegido contra as eventuais obrigações futuras estimadas.

Como resultado da reclassificação dos processos, houve um aumento de R\$ 105.311 no provisionamento, impactando o resultado do exercício de 2025. Ademais, cumpre salientar que refletindo a metodologia atual na referência de dezembro de 2024 teríamos um provisionamento de R\$ 44.006, em comparação ao saldo de R\$29.356, na referência de dezembro de 2024 na tabela acima.

No que se refere especificamente à atualização monetária, a metodologia anteriormente adotada considerava a aplicação do INPC do ajuizamento da demanda e incidência de juros à razão de 1% ao mês, contados a partir da data de citação do processo. A partir de 2025, a Seguradora passou a adotar uma abordagem alinhada ao previsto em apólice, a jurisprudência consolidada em seus processos e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula nº 632, passando a calcular a correção monetária pelo IPCA a partir da contratação do seguro e os juros à razão de 0,25% ao mês, contados da citação. Essa alteração contribuiu para uma mensuração mais aderente à realidade jurídica aplicável às demandas judiciais da Seguradora.

Em conclusão, embora a Seguradora conte hoje com níveis de provisão maiores e mais adequados, os desafios de metrificar os riscos persistem. A persistente insegurança jurídica e a volatilidade de entendimentos nos tribunais superiores, especialmente em temas complexos e ainda pouco explorados do direito agrícola, exigem vigilância constante e podem impactar futuras estimativas. No exercício de 2025, foi realizada uma mudança de estimativa contábil com relação a metodologia aplicada na PSL judicial. A nova metodologia passou a ser aplicada prospectivamente, e o efeito da mudança foi reconhecido no resultado do período corrente, em conformidade com os princípios da alteração de estimativas contábeis previstas no CPC 23.

18.1.1 Movimentação Processos cíveis

Saldo em 12/2024	Constituição/Reversão	Pagamentos	Atualização	Saldo em Dez/25
29.346	113.222	38.213	30.313	134.668

18.1.2 Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo por meio da Seguradora possui o montante atualizado de perda estimada de R\$ 81.362 (R\$ 13.451 em 31 de dezembro de 2024), sendo certo que os depósitos judiciais representam R\$ 5.885 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), relativo a demandas judiciais com expectativa de perda avaliada como possível pelos consultores jurídicos. Os processos judiciais classificados com risco de perda possível são indenizatórios e refletem a existência de argumentos jurídicos robustos e defesas processuais ativas que conferem à Seguradora uma expectativa razoável de êxito, embora o desfecho dependa de dilação probatória ou da maturação do entendimento dos tribunais sobre as especificidades do seguro agrícola.

18.2 Processos fiscais

Temos em discussão judicial de polo ativo referente ao pagamento de PIS e COFINS sobre as Receitas Financeiras decorrentes de Ativos Garantidores no montante de R\$ 721.

O Grupo, por meio da Seguradora possui parecer otimista de escritório especializado responsável pela discussão judicial, com decisões favoráveis à outros contribuintes. Em agosto de 2024, o STF reconheceu a repercussão geral do tema no Recurso Extraordinário (RE) 1.479.774, com a participação de entidades do setor. O julgamento do RE 1.479.774 deve consolidar a questão de forma ampla, beneficiando contribuintes.

18.3 Depósitos Judiciais

O Grupo, por meio da Seguradora efetuou depósitos judiciais vinculados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Judicial), em atendimento a determinação judicial, com a finalidade de garantir o regular andamento dos respectivos processos. Os depósitos também refletem a adoção de medidas prudenciais pela Administração para mitigação de riscos processuais e preservação do caixa da NEWE. Os valores dos depósitos judiciais são apresentados a seguir:

	31/12/2025		
	Valor Direto	Valor Resseguro	Valor Líquido
Cível	5.453	4.366	1.087
Total	5.453	4.366	1.087

Para os depósitos judiciais mencionados, há provisão constituída com base na avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 29 de junho de 2023, o Grupo optou por fazer um roll-up das ações da Controlada Newe Seguros que gerou um aumento de capital social no montante de R\$19.770, ficando o capital social com o valor de R\$ 35.280, representado por 22.276.835 ações ordinárias na Companhia.

Em 18 de julho de 2023 recebeu um aumento de capital de R\$21.600 do novo acionista, o fundo Insuresilience Investment, completando uma segunda rodada de aporte de capital no Grupo, elevando o capital para os atuais R\$ 56.880.

Em 31 de dezembro de 2024, seu controle acionário está distribuído da seguinte forma: 62,31% pertencente aos sócios majoritários, 35,31% pertencente ao fundo Insuresilience Investment e 2,38% pertencente aos sócios minoritários. Capital social subscrito e totalmente integralizado no montante de R\$ 56.880 (R\$ 56.880 em 31 de dezembro de 2023) dividido em 26.423.017 (26.423.017 em 31 de dezembro de 2023) quotas nominiais.

20 Adequação de capital

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido (a)	61.420	61.271
Despesas antecipadas	(56)	(304)
Créditos tributários - prej. Fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(21.844)	(21.858)
Ativos intangíveis	(4.247)	(4.020)
1. Ajustes contábeis (b)	(26.148)	(26.182)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas		
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	6.690	2.349
PLA - nível I (*)	35.073	34.722
PLA - nível II	6.690	2.349
PLA - nível III	199	367
Subtotal PLA - nível (d)	41.962	37.438
Limitador CMR - PLA nível I	-	-
Limitador CMR - PLA nível II	-	-
Limitador CMR - PLA nível III	-	-
Subtotal PLA - limitador (e)	41.962	37.438
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-	
4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	41.962	37.438
5. Capital mínimo requerido	21.521	14.574
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	21.521	14.574
Capital de risco de subscrição	9.639	8.579
Capital de risco de crédito	10.606	6.582
Capital de risco operacional	1.467	956
Capital de risco de mercado	5.901	1.349
Benefício de diversificação	(6.092)	(2.892)
Capital mínimo requerido (h)	21.521	14.574
Suficiência de capital (i = g - h)	20.441	22.864
Suficiência de capital (i / h)	95%	157%
Índice de solvência (j = g / h)	195%	257%

(a) O Patrimônio Líquido informado nesta nota é o da Controlada Newe Seguros.

21 Índices Operacionais

Grupo de ramo	Consolidado				
	31/12/2025				
	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade e Patrimonial	16.754	(5.980)	10.774	33,34%	20,74%
Riscos Financeiros (a)	86.764	(41.716)	45.048	(74,39)%	24,50%
Rural (b)	58.297	12.634	70.931	233,04%	11,02%
Total	161.816	(35.062)	126.754	106,81%	16,64%

- (a) A variação observada na sinistralidade está relacionada à reversão de um sinistro relevante no valor de R\$ 26.244, após reavaliação técnica.
- (b) Índice foi impactado pela alteração da metodologia de PSL Judicial, para maiores detalhes vide nota explicativa 18.1

Grupo de ramo	Consolidado				
	31/12/2024				
	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade e Patrimonial	3.684	(454)	3.230	42,78%	24,24%
Riscos Financeiros	42.164	(6.513)	35.651	107,05%	24,84%
Rural	83.718	(9.094)	74.624	77,13%	9,84%
Total	129.566	(16.061)	113.505	85,55%	14,96%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

Grupo de ramo	Consolidado				
	31/12/2025				
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade e Patrimonial	16.754	(14.651)	2.105	12,56%	87,44%
Riscos Financeiros	86.764	(81.838)	4.925	5,68%	94,32%
Rural	58.297	(38.356)	19.942	34,21%	65,79%
Total	161.816	(134.844)	26.972	16,67%	83,33%

Grupo de ramo	Consolidado				
	31/12/2024				
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade e Patrimonial	3.684	(2.313)	1.372	37,24%	62,79%
Riscos Financeiros	42.164	(39.248)	2.915	6,91%	93,08%
Rural	83.718	(57.267)	26.451	31,60%	68,40%
Total	129.566	(98.828)	30.739	23,72%	76,28%

O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se a soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente o Grupo, por meio da NEWE, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, firmou contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R\$4.137 (sendo R\$3.882 em 31 de dezembro de 2024).

22 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

22.1 Sinistros ocorridos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas (a)	(130.915)	(56.572)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(19.861)	(26.244)
Despesas com sinistros	(11.789)	(10.385)
Recuperação de Sinistros em Cosseguros Cedidos	290	-
Ressarcimentos (b)	8.263	7.089
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	18.630	(10.992)
	(135.382)	(97.105)

(a) Da sinistralidade do exercício de 2025, o valor de R\$113.222, ou 86% refere-se as discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo

baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. Adicionalmente, tivemos alteração da metodologia de PSL Judicial, para maiores detalhes vide nota explicativa 18.1.

- (b) Ressarcimentos previstos em contrato relacionados a recuperação dos sinistros dos ramos de Riscos Financeiros.

22.2 Custos de aquisição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de comissão	(32.344)	(20.236)
Variação das despesas de comissão diferidas	11.257	3.258
	(21.087)	(16.978)

22.3 Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste ao Valor Realizável para Obrigações	570	250
Outras Receitas com Operações de Seguros	-	8
Redução ao Valor Realizável Para Recebíveis	62	0
Vistorias Previas - Peritos	(117)	73
Prov. p/ Perda de Prêmios a Receber	(2.966)	(895)
	(2.451)	(563)

22.4 Resultado com resseguro

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação com indenização de sinistro	93.668	46.339
Recuperação com indenização de sinistro - Cosseguros Aceitos	3	-
Constituição IBNER	14.577	22.307
Despesas com sinistros	8.566	8.224
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.143)	8.702
Recuperação de despesas relacionadas ao IBNR	(23)	145
Variação de Despesas Relacionadas do IBNER	723	-
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(89.759)	(71.374)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	19.529	8.906
Salvados e Ressarcidos	(7.842)	(5.649)
Outros resultados com operações de resseguro (a)	39.963	419
	63.262	18.019

- (a) Em dezembro de 2025, o saldo desta linha foi impactado pelos efeitos da operação de Commutation relacionada a contratos de resseguro, com reflexos reconhecidos no resultado do exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 27.

22.5 Despesas administrativas

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(1.938)	(2.676)
Serviços de terceiros (*)	(729)	(156)
Localização e funcionamento	0	0
Publicações e publicidade	(54)	(140)
Donativos e contribuições	0	0
Recuperação de Rateio	1.630	1.575
Despesas administrativas diversas	(122)	(118)
	(1.213)	(1.516)

(*) Inclui despesas com auditoria de 0% em 2025 e 31,34% % em 2024.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(24.573)	(20.343)
Serviços de terceiros (**)	(13.615)	(12.170)
Localização e funcionamento	(4.449)	(3.923)
Publicações e publicidade	(830)	(237)
Donativos e contribuições	(230)	(188)
Recuperação Rateio de Custos	174	-
Despesas administrativas diversas	(722)	(349)
	(44.245)	(37.210)

(**) Inclui despesas com auditoria de 4,49% em 2025 e 4,94% em 2024.

22.6 Despesas com tributos

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(50)	(41)
PIS	(8)	(7)
Impostos (a)	(12)	(9)
	(70)	(57)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(318)	(412)
COFINS Diferido	1.007	(149)
PIS	(55)	(68)
PIS Diferido	164	(24)
Outros (Taxa de Fiscalização SUSEP)	(1.150)	(1.052)
Impostos (b)	(911)	(1.345)
	(1.263)	(3.050)

- (a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com taxas da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA).
- (b) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro

22.7 Resultado financeiro

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	948	1.001
Outras receitas (a)	290	33
	1.238	1.034
Despesas financeiras		
Outras despesas	(3)	(2)
	(3)	(2)
Resultado financeiro	1.235	1.032
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	1.001	1.098
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	14.061	7.273
Receitas C/ Crédito Tributário	16	9
Atualização Monetária de PSL Judicial (b)	25.714	3.561
Outras receitas	672	215
	41.464	12.156
Despesas financeiras		
Descontos Concedidos	(12)	(63)
Atualização Monetária de PSL Judicial (b)	(30.313)	(4.338)
Juros Pagos	(87)	-
Outras despesas	(462)	(235)

(30.874) **(4.636)**

(a) Montante refere-se, principalmente, a correção monetária do Saldo Negativo de IRPJ e CSLL.

(b) Para maiores detalhes, ver notas explicativas 15.3 e 18.1.

22.8 Receita dos Serviços Prestados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Entre Empresas do Grupo CBM	1.661	726
Demais Empresas	612	-
	2.273	726

23 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Companhia			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	(1.854)	(10.051)	(1.854)	(10.051)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	-
(Prejuízo) após as participações	(1.854)	(10.051)	(1.854)	(10.051)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	-	-	-	-
Adições permanentes - despesas indedutíveis	1.806	9.511	1.806	9.511
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	-	-	-	-
Base de cálculo	(48)	(540)	(48)	(540)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após Compensação	(48)	(540)	(48)	(540)
Imposto e Contribuição do ano corrente	-	-	-	-
Imposto e Contribuição do ano anterior	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	0%	0%	0%	0%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	(1.656)	(13.298)	(1.474)	(15.188)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	182	(1.889)	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	-
(Prejuízo) após as participações	(1.474)	(15.188)	(1.474)	(15.188)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	1.142	399	1.142	399
Adições permanentes - despesas indedutíveis	479	92	479	92
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(1.172)	-	(1.172)	-
Base de cálculo	(1.025)	(14.697)	(1.025)	(14.697)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(308)	-	(308)	-
Base de cálculo após Compensação	(1.332)	(14.697)	(1.332)	(14.697)
Imposto e Contribuição do ano corrente	(157)	-	(114)	-
Imposto e Contribuição do ano anterior	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(157)	-	(114)	-
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	0%	0%	0%	0%
Diferenças temporárias	(105)	198	(62)	1.770
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(78)	2.951	(46)	119
Prejuízo Fiscal e Base Negativa exercício Anterior	69	-	41	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(114)	3.149	(67)	1.889
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(271)	3.149	(181)	1.889

24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 38 (R\$71 em 31 de dezembro de 2024) e estão registradas na rubrica “Despesas administrativas”.

25 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

25.1 Controlada

A Neue Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30 de outubro de 2019, data que através da portaria N°7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A.

Em 16 de junho de 2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora.

Em 28 de agosto de 2024, foi constituída a C2M Participações Ltda., integrante do grupo CBM Participações. A C2M foi criada com o objetivo de atuar com participações em empresa.

Posteriormente, em 04 de outubro de 2024, fundou-se a Nov Consultoria de Seguros Ltda., pertencente à C2M Participações LTDA, que é controlada pela CBM Participações LTDA. A Nov Consultoria presta serviços auxiliares de seguros, previdência complementar e planos de saúde, atendendo, inclusive, à Seguradora.

Abaixo os saldos das transações com partes relacionadas:

a) Acionistas	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre Capital Próprio a pagar	1.353	1.353
	<u>1.353</u>	<u>1.353</u>
b) Controladas		
<i>Neue Seguros S.A.</i>		
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Rateio de Custos	1.586	1.481
	<u>1.586</u>	<u>1.481</u>
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Pagar		
Inter Cias	170	56
	<u>170</u>	<u>56</u>
<i>Green Data</i>		
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Rateio de Custos	44	94
	<u>44</u>	<u>94</u>
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber		
Rateio de Custos	1	17
Empréstimos	-	1.024
	<u>1</u>	<u>1.041</u>
<i>C2M Participações</i>		
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber		
Inter Cias	-	2
	<u>-</u>	<u>2</u>

26 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga a diretoria executiva da Companhia no exercício é de R\$ 1.286 (R\$ 2.571 em 31 de dezembro de 2024). Em relação a remuneração paga a diretoria do Grupo no exercício o saldo é de R\$7.362 (R\$ 8.837 em 31 de dezembro de 2024).

27 Commutation

Em dezembro de 2025, o Grupo por meio da Seguradora celebrou acordo de commutation (comutação) e quitação definitiva de contratos de resseguro proporcional, formalizado por meio de Reinsurance Commutation and Release Agreement, com o objetivo de liquidar, de forma antecipada, final e irrevogável, todas as obrigações, direitos e fluxos de caixa futuros decorrentes de determinados contratos de resseguro, principalmente relacionados à safra de verão de 2021, bem como, de forma acessória e imaterial, a contratos dos exercícios de 2019 e 2020.

A principal operação envolveu a saída de um ressegurador com participação de 5% no contrato de resseguro proporcional da safra de 2021, mediante pagamento negociado no montante de R\$38milhões, integralmente recebido e registrado na contabilidade no mês de dezembro de 2025. Como efeito direto da operação, a retenção da Seguradora a Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Judicial) relativa à safra de verão de 2021 foi elevada de 15% para 20%, em decorrência da extinção da parcela de risco anteriormente transferida ao ressegurador, sem alteração na metodologia de constituição da provisão.

A operação de commutation possui natureza eminentemente técnica, relacionada à gestão de riscos e à extinção antecipada de obrigações contratuais de resseguro, não envolvendo prestação de serviços, entrega de bens ou remuneração de capital. Nos termos do CPC 11 – Contratos de Seguro, a extinção definitiva das obrigações futuras de resseguro configura uma alteração final e irreversível nas estimativas dos fluxos de caixa, cujo impacto econômico deve ser reconhecido no resultado do período.

Adicionalmente, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a liquidação definitiva impôs a baixa dos passivos técnicos de resseguro, sendo a diferença entre o valor contábil das obrigações extintas e o valor efetivamente liquidado reconhecida no resultado do exercício como efeito de baixa de passivo. A operação não se enquadra no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, nem do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Em consonância com os princípios do SUSEP GAAP e com o Plano de Contas das sociedades seguradoras, os efeitos econômicos da commutation foram reconhecidos no resultado técnico, especificamente no grupo de outras receitas técnicas relacionadas ao resseguro.

28 Eventos Subsequentes

Após a data de encerramento do exercício, não houve eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Diretoria

Carlos Alberto Caputo
Diretor Presidente

Jonathan Teixeira Clemente
Diretor Financeiro

Regina Celia Cunha Dell'Aera
Diretora

Contador: Vagner Gonçalves da Rocha
CRC nº 112111/O-7

Atuária: Danielle Bellissimo Wilk
MIBA nº 2841

Carlos Alberto Caputo

Jonathan Teixeira Clemente

Vagner Gonçalves da Rocha